



DOMINGO, 8 DE NOVEMBRO DE 1925

DIÁRIO DA MANHÃ

PORTE-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

PREÇO 30 CENTAVOS — ANO VII — N.º 2129

Repete-se hoje a farça das eleições

As poucas liberdades que os povos usufruem não foram conquistadas à bôca das urnas, nem concedidas pelos parlamentos. Cimentadas com o sangue dos mártires da Ideia, elas foram conquistadas pela pressão da Rua, impostas pelas barricadas.

Entre a Rua e a Urna há um abismo. Uma, conquista, derrue velharias e rasga horizontes novos; a outra, tabela as liberdades, procura cerceá-las e exerce a opressão.

O parlamento é um corpo aparentemente heterogéneo mas cujos órgãos se conjugam para um mesmo fim — dominar o povo. O valor do parlamento é desmentido pelos próprios políticos. Se é tudo, se a acção ali basta, para quê as revoluções? Para quê um 5 de Outubro ou uma traulitânia?

O operariado neste momento não pode confiar nas promessas lindas dos «amigos» políticos, porque elas, quer partam dos direitistas, quer surjam dos esquerdistas, são pueris. São fumo que encobre a realidade terrível de futuras perseguições, o carcere, e talvez a morte!

Para o operariado, votar seja em quem for é trair-se. O bem estar do operariado só éste pela sua acção organizada nos sindicatos e pela sua pressão na rua, pela greve, pelo boicote, pela sabotagem e na barricada, o pode conseguir!

Preparamo-nos, pois, para enfrentar todas as tiranias, quer elas se denominem conservadoras quer, se apelidem de comunistas, irrompam das direitas ou brotem das esquerdas.

Os «videirinhos» da política gritam: às urnas! Brademos nós: aos sindicatos!

Nem direitas nem esquerdas. O nosso caminho é para a frente!

Votar é sancionar um organismo burguês destinado a dominar o povo

A voz das urnas vai ecoar. Vão falar as urnas para dizer asneiras. Que se pode esperar desse velho gramofone de discos gastos e fora de moda senão sons roufenhos e desagradáveis? Que temos a atenção dessa ficção desacreditada — as eleições — senão a ficção, a mentira?

Existe ainda quem vote. Há duas espécies de eleitores: os de convicção e os de conveniência. Os de convicção correm atraç duma miragem, que tomam por uma realidade; os de conveniência defendem os seus interesses particulares, em detrimento dos interesses do país. Estes últimos estão condenados moralmente, estão liquidados como elementos de opinião pública. Os outros, os de convicção é que nos interessam neste momento. E' aos iludidos que nos dirigimos neste momento eleitoral, com a autoridade moral que provém do nosso abstencionismo, com a isenção de quem não pedia votos para subir ao balcão de São Bento onde se negocia a pele do povo.

Estes iludidos têm a memória fraca e não se lembram de que os homens que na sua maioria se apresentam como candidatos para salvar o país da fome, da desmoralização e da ruína são, precisamente, aqueles que mais contribuiram com a sua venalidade para aumentar a fome do povo, a desmoralização do Estado e a ruína do país. E' só porque os criminosos e os incompetentes de ontem lhes apareceram agora apregoando a sua isenção e prometendo ao povo actos de justiça e de boa administração, já os pobres iludidos se esquecem dos crimes passados para ir levar aos criminosos redimidos a fôrça do seu voto.

Estes iludidos têm a memória fraca e não se lembram de que os homens que na sua maioria se apresentam como candidatos para salvar o país da fome, da desmoralização e da ruína são, precisamente, aqueles que mais contribuiram com a sua venalidade para aumentar a fome do povo, a desmoralização do Estado e a ruína do país. E' só porque os criminosos e os incompetentes de ontem lhes apareceram agora apregoando a sua isenção e prometendo ao povo actos de justiça e de boa administração, já os pobres iludidos se esquecem dos crimes passados para ir levar aos criminosos redimidos a fôrça do seu voto.

E' possível que alguns operários iludidos vão hoje votar, contribuir com a sua ingenuidade para que esse homem, hoje tão simpático, volte ao parlamento, seja amanhã novamente ministro e consinta em mais fuzilamentos brutais!

Quem poderá tomar essa gente a sério? Quem poderá admitir, sem nojo, que antigos militantes consintam em propor-se deputados em troca fiscalizar a gerência dos dinheiros públicos feita pelos republicanos. Mas haverá ai quem tenha esquecido que os monárquicos não souberam, por sua vez, bem administrar os bens da nação? Caso se opuza os monárquicos aos célebres e escandalosos adiantamentos à casa real? Se não souberam administrar é como hão-de saber fiscalizar? Tartufos! Como se nós não soubéssemos que monárquicos e republicanos se encontram reunidos fraternalmente nas mesmas companhias, nos mesmos Bancos, nos mesmos organismos de exploração humana, num compadrio repugnante! Como se nós não soubéssemos que a oposição é uma cantiga, é um côro de ambições onde as raras vozes sinceras se perdem, se diluem, no lúgubre cântico dos interesses mesquinhos que se discutem, que se combinam sem divergência profunda de fôdas as partes.

Os monárquicos, que no tempo da monarquia, como os republicanos de hoje, não se entendiam, pedem votos ao povo, prometendo em troca fiscalizar a gerência dos dinheiros públicos feita pelos republicanos. Mas haverá ai quem tenha esquecido que os monárquicos não souberam, por sua vez, bem administrar os bens da nação? Caso se opuza os monárquicos aos célebres e escandalosos adiantamentos à casa real? Se não souberam administrar é como hão-de saber fiscalizar? Tartufos! Como se nós não soubéssemos que monárquicos e republicanos se encontram reunidos fraternalmente nas mesmas companhias, nos mesmos Bancos, nos mesmos organismos de exploração humana, num compadrio repugnante! Como se nós não soubéssemos que a oposição é uma cantiga, é um côro de ambições onde as raras vozes sinceras se perdem, se diluem, no lúgubre cântico dos interesses mesquinhos que se discutem, que se combinam sem divergência profunda de fôdas as partes.

O Parlamento é uma instituição puramente burguesa, e os elementos que o constituem agem a favor da burguesia. E' uma farça que se representa ante a nação e cujos lances dramáticos, cujas discussões e cenas de pugilato não passam de belas ficções que, no fundo, contribuem apenas para aumentar os lutos do empresário — a burguesia capitalista. Como nas peças de grande efeito, contém elementos de fô-

AS VANTAGENS DA IGNORÂNCIA

— Então tu propões-te deputado por uma terra onde ninguém te conhece?

— Se éles me conhecessesem julgas que me elegiam?



Os "taxis" da Cooperativa dos chauffeurs não saem da Alfândega de Lisboa porque o ministro das Finanças não respeita um tratado internacional

Os 19 «taxis» que a Cooperativa dos Chauffeurs adquiriu ultimamente no Havre estão retidos na Alfândega de Lisboa. Porquê?

Foi o que procurámos averiguar ontem, entrevistando um dos membros da direcção doqueiro organismo cooperativista. Eis as suas declarações:

— Como já foi tornado público, a Cooperativa Lisbonense de Chauffeurs adquiriu mais 19 carros marca Citroën que chegaram há dias ao Tejo, como a *Batalha* noticiou.

— Escusado será acentuar a utilidade para o público desta nova remessa de carros que viriam tornar ainda mais económicos os serviços de viação urbana, económico provocada pelo empreendimento de que somos autores, isto é, o serviço de automóveis-taximetros.

— Pois a-pesar-das vantajosas condições que a nossa iniciativa trouxe para o público, a máquina burocrática do Estado parece querer-se em nos criar dificuldades, a nós, que só com grande ousadia conseguimos vencer os obstáculos que se nos deparam.

— Em que consistem essas dificuldades?

— São tão ridículas, que só por *blague* deviam ser tomadas. Como são bastante inconvenientes para nós e para o público não lhes soubemos a sua gravidade.

— O nosso entrevistado, procurando restringir os seus pensamentos, tem uma pequena pausa. Depois acrescenta:

— É bom partirmos do princípio da questão. Assim diremos para esclarecimento dos nossos leitores:

— O tratado comercial franco-português tem uma cláusula que estabelece a livre entrada de carros de interesse público. Ao abrigo desta concessão importámos 11 carros Citroën que andam ao serviço há cerca de dois meses, sem que surgisse a mínima dificuldade. Pensavamo, pois, que outro tanto sucedesse com a nova remessa que está na Alfândega.

— E não sucedeu assim?

— Não — e aqui é que aparece o grotesco do caso. A Procuradoria Geral da República, depois de na Alfândega de Lisboa já estarem os 19 «taxis», saiu com uma muito bôa: «Os carros não podiam sair da Alfândega porque não eram carros de serviço público». Eram apenas «carros para serviço público».

— Um caso de interpretação...

— Exatamente, um caso de interpretação que nos prejudica. Mas há mais.

— Como a retenção dos carros nos prejudicasse, visto eles se encontrarem expostos à chuva, reclamámos contra a «interpretação».

— Foi então que o ministro das Finanças e o director geral da Alfândega acordaram nomear uma comissão de verificação do contrato a-fim-de se esclarecer se os «taxis» são considerados como carros abertos ou fechados, uma vez que para cada classe há praxes estabelecidas.

— E qual foi o «veridictum» dessa comissão?

— Considerou os «taxis», por 4 contra 2 votos, como carros abertos, podendo por isso saírem da Alfândega.

— E não saíram?

— Não. O sr. Torres Garcia, ministro das finanças, em lugar de respeitar a decisão da comissão nomeada optou pelo que resolreu. Isto é considerado como carros fechados os «taxis», no firme propósito de impedir a sua saída da Alfândega. E por assim o ter resolvido, os carros continuam à chuva e ao vento, só porque, um ministro, não sabemos com que intenções, se arroja a atropelar um tratado internacional e a prejudicar o público que deixá de utilizar-se dos carros que se estão estragando.

— Aqui tem o leitor o porqué da não saída dos «taxis» da Alfândega que nos levou em demanda desta entrevista. Ela é bem significativa e prova até onde chega o interesse das entidades oficiais pelas grandes iniciativas particulares que visam a beneficiar a população.

— Não há dúvida que para dia de eleições é um belo prenúncio...

As dividas de guerra

WASHINGTON, 7. — Pela conferência italo-americana para a regulamentação das dividas de guerra, foram nomeadas duas sub-comissões para o estudo das questões políticas e técnicas.

O *Washington Post*elogia a óptima disposição italiana para o pagamento das dividas, sustentando a necessidade de se chegar a equitativas condições de pagamento e dum largo empréstimo para estabilizar a cotização da lira e assegurar o desenvolvimento da Itália.

A VENALIDADE ELEITORAL

UM CANDIDATO A SENADOR VISTO POR DENTRO

Pessoa amiga envia-nos cópia dum carta que o candidato a senador Eduardo Pinto de Sousa endereçou a um serralheiro da C. P. que é influente eleitoral em Alhandra. Esta carta merece as horas dum integral transcrição, pois serve um pouco para revelar o que é um candidato visto por dentro, fora dos comícios onde os papalos acreditam ingenuamente nas suas promessas maravilhosas.

Segue o precioso documento.

— *Meu caro amigo:* — Um grupo de amigos meus pessoais e políticos insistiu comigo para aceitar a candidatura a senador pelo distrito de Lisboa e isto por me julgarem com alguma competência e certamente com muito boa vontade de defender os interesses gerais do país e em especial os do comércio e indústria, a que me honro de pertencer.

Como não devo recusar o meu fraco mas desinteressado concurso para se obter esse desideratum, tanto mais devido ao meu «metier» há 25 anos que percorro todo o país e muito especialmente o distrito de Lisboa, conhecendo, pois, como poucos as suas necessidades, resolvendo aceitá-la.

O meu principal objectivo será, como já acim disse, defender os interesses lícitos e honestos do comércio, indústria e agricultura, pontos principais de riqueza e progresso do país e para isso se tornar um facto é não só indispensável o desenvolvimento das vias de comunicação, estradas, caminhos de ferro portos marítimos, mas ainda obter-se uma adequada protecção, crédito industrial e agrícola, um saneamento geral das despensas do Estado e uma melhor e mais equitativa distribuição de impostos, também merecerá a minha atenção a assistência infantil e protecção aos impossibilitados do trabalho.

Estes assuntos muito especialmente me dedicam.

Venho, pois, solicitar do meu amigo a fineza de com o seu prestígio e influência eleitoral, contribuir para o bom êxito da minha candidatura tanto mais que sende natural de Alhandra bem conheço as necessidades desse concelho.

Esperando que este meu pedido mereça a sua atenção o que antecipadamente agradeço, subscrecio-me com a mais alta estima e consideração — *Eduardo Pinto de Sousa.*

Onde está o esquerdismo do industrial Eduardo Pinto de Sousa? Para defender «em especial os interesses do comércio e da indústria que é de sua honra de pertencer» não é preciso ser esquerdistas, basta estar de acordo com a União dos Interesses Económicos, visto que esta entidade quer a mesma coisa que ele deseja.

A defesa dos «interesses lícitos e honestos do comércio, da indústria e da agricultura» que ele considera «as fontes principais da riqueza do país» é do programa da U. I. E. devido esclarecer que para um comerciante, para um industrial, para o industrial que o Pinto de Sousa é, ou para um agricultor os interesses lícitos comodamente que a indústria e os consumidores e os produtores.

Será isto o esquerdismo? Se é gostaríamos que os filhos da política, tão árguio e geniais, nos explicassem em que ele difere do conservativismo.

Fazemos justiça ao sr. Eduardo Pinto de Sousa. Ele não é tolo. E' até espertíssimo. Não tenciono ir para o parlamento defender os interesses dos outros, mas os seus e os da classe a que ele pertence. Toldos são aqueles que o votarem, excepto feitos acomodados com a sua classe. Ele é de fato um industrial e acomodado, a persistir na obra nefasta de infecção da sociedade, no que ela possue de mais sagrado: as crianças.

E' o próprio pessoal que o confessa.

— Visto que todas as notícias de crimes de menores, voluntariamente sacrificadas pelo *Sculo*, aparecem invariavelmente nouros jornais de informação, resolvemos a partir de hoje, seguir-lhe o exemplo e voltar a dar todas as notícias de crimes que merecem publicidade seja qual for a idade dos seus autores.

Belo exemplo, não há dúvida!

Não se serve um princípio moral. Não se procura sequer os nobres exemplos. Logo que o interesse briga com a moral, que vale a moral para o diabo, e que fique de pé o interesse.

— Não podia ser mais fulminante, a demonstração feita da moral burguesa, e a confirmação da verdade tanta vez repetida de que nada pode frutificar dentro do regime capitalista, a não ser o dinheiro, multiplicando, sem trabalho, esse mesmo di-

Com a profecão do governo matam-se foios e rebentam-se cavalos!

Dentro da sociedade burguesa nada se pode construir, nenhuma tentativa pode frutificar.

Esta afirmação é já sécica. Já está mesmo esquecidas pôr antiquada, e só a alguns retardatários ela pode interessar, ela pode atraír a um pouco de meditação. Até mesmo uma obra educativa, não lutando com os interesses da casta dominante, é uma ilusão de alguns convictos utopistas.

A moral burguesa, apoiada, melhor diremos, fundamentada no antagonismo de interesses, não consente que um pensamento elevado, que uma ação desinteressada, se manifeste, sem perigo de vitimar cruelmente o seu potencial.

A moral, é a moral do egoísmo, do interesse mais grosseiro, confessado-se com o mais amarinhante semi-pudor.

E o caso de uma local que extrafamos dum jornal da manhã, o jornal que na cabeça anuncia que é o jornal de maior circulação em Portugal.

Na primeira página desse jornal, está sanguinudo uma confissão feita de um modo tão casual, tão natural, que chegamos a duvidar se já se perdeu por completo aquela bom senso, que atribui aos nossos semelhantes a função intelectual de não serem parvos de todo...

Confessa-se num jornal de grande tiragem, que em virtude de interesses materiais que se deixam de fazer uma obra meritoria de educação. Confessa-se, com uma naturalidade que trai perfeitamente o condicionamento do espírito burguês com a insensibilidade ante as mesmas infâncias, que o jornal passa a colaborar numa obra de infecção social, só porque o contrário disso lhe trazia prejuízos materiais.

Recortamos algumas passagens da citada local, porque receamos que nos atribuam singulares faculdades de inventores.

Depois de tecer um grande elogio aos seus serviços de informação, o referido jornal diz que «tem nos últimos tempos privado os seus leitores de uma determinável espécie de notícias: as notícias de crimes praticados por menores. Porque procede assim? Porque existe uma lei proibindo rigorosamente à imprensa a narração de casos de vadiagem, libertinagem e contravenções ou crimes praticados por menores, bem como notícias, por mais sujas que sejam, dos seus julgamentos nos tribunais respektivos».

Começa já aqui a trair-se o espírito burg

